

COMO VAI?

POPULAÇÃO BRASILEIRA

ANO I • Nº 1

BRASÍLIA, DF

DEZ 95/MAR 96

As transformações demográficas recentes estão configurando novas questões populacionais, novos temas de interesse, demandando a produção de novos indicadores e métodos de análise. Mais do que isto, tais mudanças requerem a formulação de novas políticas. Tendo isto em vista, o IPEA, pela Diretoria de Políticas Sociais, em conjunto com a Diretoria de Pesquisas do IBGE, está oferecendo ao público esta publicação quadrimestral, que objetiva analisar as transformações por que passa a população brasileira e seu efeito sobre as políticas públicas. Pretende-se com isto estimular a inclusão das transformações demográficas em curso no processo de planejamento das políticas sociais.

Acredita-se que a consideração das variáveis demográficas no processo de planejamento é de extrema importância pelas características do atual momento que o país atravessa. A situação social tem-se caracterizado, de um lado, por um processo de rápida e intensa mudança demográfica e, de outro, pelo acirramento das desigualdades sociais. Tentativas de redução destas desigualdades demandam a retomada da importância do planejamento de médio e longo prazos como uma estratégia para alcançar este objetivo. Dentre as mudanças demográficas, salienta-se a queda da fecundidade da mulher brasileira, cujas taxas já atingiram níveis próximos ao de reposição. Isto tem profundas repercussões sobre a distribuição etária e já está influenciando o perfil das demandas por serviços de saúde e educação, entre outros. O padrão de mortalidade também está se modificando. A mortalidade infantil foi reduzida em quase 50% nos últimos quinze anos. A sobrevivência geral aumentou em quase cinco anos neste período. Morre-se menos por doenças infecciosas na infância. Entretanto, aquelas mortes que atingem mais a classe trabalhadora (provocadas por acidentes de trânsito, de trabalho, homicídio e doenças cardiovasculares) estão ganhando importância relativa.

O padrão migratório também tem sofrido profundas alterações. O fluxo migratório, que tradicionalmente se dirigia para as grandes metrópoles, tem buscado as cidades de porte médio, esvaziando as áreas rurais. Um novo fenômeno que precisa ser levado em conta são as migrações internacionais. Os dados preliminares do censo demográfico de 1991 apontam sinais de uma perda populacional não desprezível. O conceito de população fechada já não se aplica mais à população brasileira.

A demanda recente a respeito do conhecimento demográfico e o debate político que tem envolvido questões populacionais suscitam a necessidade de estudos sobre as relações entre a dinâmica demográfica e as políticas sociais, notadamente as de saúde, educação, previdência social e mercado de trabalho. Estes serão os temas a serem contemplados nesta publicação, tendo em vista, com a sua divulgação, subsidiar o processo de formulação de políticas públicas.



**Beatriz Azeredo***Diretora de Política Social*

TENDÊNCIAS DA FECUNDIDADE BRASILEIRA EM NÍVEL REGIONAL

*Ana Amélia Camarano***Herton Ellery Araújo***

É fato já reconhecido que a fecundidade das mulheres brasileiras tem decrescido significativamente. A segunda metade da década de 60 tem sido considerada como o marco inicial desta queda. Entretanto, como se pode ver pelo gráfico 1 (os gráficos se encontram nas páginas de 5 a 9), há indicações claras de um movimento de queda já nos anos 30. A taxa de fecundidade total, que indica a média de filhos que uma mulher teria, ao final de seu período reprodutivo, se experimentar um conjunto fixo de taxas de fecundidade, declinou de 6,22 para 5,60 entre a primeira metade dos anos 30 e a segunda dos anos 40. Um leve acréscimo foi observado entre o final dos anos 40 e meados dos anos 50, quando esta taxa passou para 6,0. A partir daí, observou-se um decréscimo acelerado. Os seis filhos que uma mulher poderia esperar ter ao final de sua vida reprodutiva foram reduzidos para 2,6 no final dos anos 80, de acordo com estimativas feitas com os dados preliminares da PNAD 1992.

As tendências mostradas pelos dados do Brasil como um todo mascaram grandes variações regionais, como se pode ver pelo gráfico 2. Por exemplo, o declínio da fecundidade observado no Brasil nos anos 30 foi uma consequência da redução da fecundidade das mulheres das regiões Sudeste e Norte. O que se verificou nas outras áreas no período foi um aumento da taxa de fecundidade, que se generalizou nos anos 50. Da mesma forma, o declínio observado nos anos 60 foi extensivo a todas as áreas, mas com ritmo diferenciado. No primeiro período, ele foi mais intenso nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nos anos 60, a queda foi mais intensa nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. Por sua vez, as mulheres nordestinas experimentaram uma queda acelerada de sua fecundidade nos anos 80. A taxa de fecundidade total foi reduzida 5,1 de para 3,7 em menos de uma década.

Infelizmente não há dados disponíveis que permitam o cálculo de uma série histórica sobre os determinantes demográficos das taxas de fecundidade. Uma tentativa de medir a existência (ou não) de controle deliberado da fecundidade para o Brasil como um todo no período 1930-75 é feito no gráfico 3. Este apresenta estimativas do índice *m* de controle da fecundidade proposto por Coale-Trussel, que

* Demógrafa da Diretoria de Política Social.

** Bolsista da Diretoria de Política Social.



indica o grau em que as mulheres encerram sua vida reprodutiva antes do final biológico, o que é assumido como indicação de controle voluntário do processo reprodutivo. A tendência apresentada para o Brasil como um todo é a da existência de um encerramento cada vez mais cedo da vida reprodutiva, embora, nos anos 50, este índice tenha permanecido constante.

O gráfico 4 mostra os mesmos indicadores em nível regional. A queda da fecundidade está claramente associada ao aumento do índice **m**. No primeiro período considerado, década de 30, observou-se um aumento neste indicador em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste. O aumento foi mais intenso nas regiões Sudeste, Sul e Norte. O aumento da fecundidade observado nas regiões Sudeste e Norte, no final dos anos 40 e início dos anos 50, parece ter sido o resultado de uma redução do índice de controle. Nos anos 60, observou-se um crescimento neste índice nas regiões Sul e Sudeste, que se intensificou nos anos 70. Neste período, as outras três regiões também apresentaram crescimento do índice, observando-se em todas as áreas valores acima de 0,25, o que, de acordo com Coale e Trussel, é um indicador da existência de controle deliberado da fecundidade.

Para 1986, a PNAD levantou informações sobre a utilização de métodos. Naquele ano, aproximadamente 40% das mulheres brasileiras de 15 a 54 anos estavam utilizando algum tipo de método (ver gráfico 5). Esterilização foi o método preferido, seguido de pílula. As diferenças regionais na proporção de usuárias são grandes, o que explica os desníveis encontrados nas taxas de fecundidade. A maior proporção de usuárias é encontrada nas regiões Sul e Centro-Oeste, e a menor, na região Nordeste. A composição dos métodos utilizados também varia regionalmente. Esterilização foi o método preferido nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e pílula, nas regiões Sul e Sudeste.

Dada a grande queda da fecundidade observada na segunda metade dos anos 80, indicada pela PNAD 92, pode-se inferir um grande aumento na proporção de usuárias de métodos verificado no período. Por exemplo, no Nordeste, para onde existem dados relativos a 1991 levantados pela Pesquisa de Saúde Materno-Infantil, observou-se que a taxa de prevalência aumentou de 27,9% para 39,1%. Mais expressivo do que este aumento foi o observado na proporção de mulheres esterilizadas, que passou de 13,8% para 24,4%. Pode-se esperar que este aumento por si só irá gerar nova redução da fecundidade no médio prazo, pelo efeito defasado que a esterilização tem sobre os níveis de fecundidade.

Para concluir, ressalta-se que a fecundidade da mulher brasileira já atingiu níveis próximos ao de reposição, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. O efeito imediato desse processo é a redução do crescimento populacional seguido de mudanças na distribuição etária. Estas mudanças já estão influenciando o perfil das demandas por serviços de saúde, educação, seguridade social e mercado de trabalho.



IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DEMOGRÁFICO RECENTE SOBRE A EDUCAÇÃO

*Celso Cardoso Simões**

1 — Introdução

A transição demográfica pela qual o país está passando vem se refletindo na desaceleração da taxa de crescimento da população, decorrente, principalmente, do declínio acentuado dos níveis de fecundidade da mulher brasileira. Por outro lado, este declínio vem afetando, também, a composição etária da população brasileira, reduzindo a proporção de crianças e jovens com idades inferiores a 17 anos e aumentando levemente o peso relativo do grupo de pessoas com mais de 65 anos de idade.

Embora seja correta a afirmativa de que a população brasileira começa sua trajetória de envelhecimento, o ritmo desse processo difere espacialmente, como resultado dos distintos estágios de transição demográfica entre as regiões brasileiras. Em estágios mais avançados estão as regiões do Centro-Sul do país, onde o declínio da fecundidade vem ocorrendo desde os anos 40, em contraposição às regiões Norte e Nordeste, cuja transição começa principalmente a partir de meados da década de 60, acentuando-se em sua fase mais recente. Como conseqüência, diferenças substanciais ainda se encontram nas estruturas etárias dessas regiões, apresentando-se maiores proporções de jovens — embora declinando — nestas últimas regiões, enquanto aquelas começam a ter uma estrutura mais envelhecida.

De qualquer forma, do ponto de vista demográfico, há uma trégua em curso, tendo este país uma ótima oportunidade para tentar solucionar uma série de problemas de ordem estrutural, como é o caso, principalmente, de emprego, saúde e educação.

Por exemplo, em conseqüência da desaceleração do ritmo de crescimento da população jovem, “diminuirá” de intensidade a pressão, no longo prazo, sobre o setor de educação, na medida em que ter-se-á reduzido a demanda por novas escolas, professores, etc., abrindo espaço, não só para uma revisão e racionalização da política educacional, mas também para políticas que visem à melhoria de sua qualidade.

O exercício que aqui se apresenta procurou enfocar a questão educacional, para cada região brasileira, com base nos dados sobre as taxas de analfabetismo e os quantitativos absolutos do número de analfabetos, registrados no censo demográfico de 1991, para as faixas etárias correspondentes ao pré-primário (5 e 6 anos), primeiro grau (7 a 14 anos) e segundo grau (15 a 17 anos).

Considerando as projeções populacionais elaboradas pelo Departamento de População e Indicadores Sociais (DIPES) do IBGE, estes quantitativos foram, posteriormente, projetados para o ano 2010, considerando-se a hipótese de que as taxas de analfabetismo não tenham se alterado durante esse período. Ou seja, os valores projetados sobre o número de analfabetos para o ano 2010 refletirão apenas os efeitos do crescimento demográfico.

* Técnico da Diretoria de Pesquisa do IBGE.



2 — As Projeções de Analfabetos

Num momento em que tanto se fala na necessidade de o país se inserir no seio da comunidade internacional mais desenvolvida, disputando, inclusive, novos mercados consumidores para os produtos aqui fabricados, a educação passa a ser a palavra-chave para atingir essas metas. A educação não só é um instrumento para uma melhor colocação da mão-de-obra no mercado de trabalho e elevação do nível de sua produtividade, mas também é um elemento indispensável ao pleno exercício da cidadania e da mobilidade social.

A consecução desses objetivos é atribuição da sociedade e obrigação do Estado, que deve criar as condições para que todos freqüentem no mínimo o primeiro grau, condição necessária à tomada de decisões próprias sobre a continuidade ou não nos estudos.

Às carências educacionais atuais, refletidas no elevado número de pessoas analfabetas e mesmo com baixo grau de instrução, some-se ainda, principalmente, além da escassez de quadros docentes qualificados — decorrente da falta de políticas, programas e estímulos e engajamento na profissão —, a má gestão dos recursos. Esta situação de precariedade pode se agravar ainda mais no futuro, em algumas regiões brasileiras, tendo em vista o elevado número de crianças e jovens fora da rede escolar, caso medidas corretivas não sejam tomadas ao longo do processo.

As tabelas 1 e 2 nos mostram a verdadeira dimensão do quanto ainda é grave a situação educacional no Brasil. Enquanto, nos países mais desenvolvidos, praticamente todas as crianças a partir dos 4 anos de idade já estão inseridas no sistema educacional, no Brasil apenas 10% da faixa etária de 5 a 6 anos freqüentavam escola em 1991. Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul do país era baixa esta freqüência.

Em 1991, mais de 14,6 milhões de crianças e jovens menores de 20 anos eram analfabetas, sendo que metade desse contingente se concentrava no Nordeste. Proporcionalmente ao tamanho de sua população, a região Norte detém também contingentes expressivos de analfabetos (1,5 milhão). Mesmo na região Sudeste, geralmente utilizada como parâmetro comparativo, por apresentar indicadores sociais melhores, o número de analfabetos menores de 17 anos era de 3,9 milhões.

De um modo geral, considerando o Brasil como um todo, de 1991 a 2010, verifica-se uma leve diminuição da população de analfabetos, de 14,6 milhões para 14,1 milhões, decorrente da desaceleração do crescimento populacional. Esta diminuição afetará, basicamente, as crianças em idade de pré-primário e primeiro grau.

Destaque-se que os efeitos do declínio da fecundidade não se fazem sentir sobre a demanda de ensino de segundo grau no ano 2000, por ser esta faixa de idade constituída de coortes cujos nascimentos ocorreram entre 1969 e 1972. No Nordeste e Norte verifica-se uma elevação da demanda de ensino de primeiro grau, pois nestas regiões, conforme visto, a queda de fecundidade é mais recente.

Com base nas projeções para o ano 2010, constatam-se algumas diferenciações entre as regiões. No Norte e Centro-Oeste, devido à importância da componente migratória no crescimento demográfico destas regiões de fronteira, nos dois últimos decênios, e projetada para aquele ano, cresce a necessidade de atender a novas demandas decorrentes do aumento populacional de todas as faixas etárias consideradas no estudo para os próximos 15 anos. O número de analfabetos, mantidas as taxas vigentes em 1991, crescerá, no ano 2010, de 1,5 milhão para 2 milhões (Norte) e de 0,846 milhão para 0,925 milhão (Centro-



Oeste). Nas demais regiões, verificam-se reduções quantitativas em todos os segmentos etários, embora seus valores sejam, ainda, elevados, tendo em vista os parâmetros vigentes em países desenvolvidos, nos quais o acesso à educação é praticamente universal, principalmente até o fim do primeiro grau.

Em síntese, estas projeções sugerem que, com a trégua demográfica em curso, abre-se uma chance na história deste país para se tentar solucionar um conjunto de problemas estruturais, apontados anteriormente, entre os quais se insere a questão educacional, elevando as taxas de escolaridade pela incorporação do enorme contingente populacional que hoje está à margem do sistema educacional e melhorando também a qualidade do ensino.

Só desta forma poderemos sair da lista de países com os piores indicadores sociais do mundo e começar a trilhar realmente o verdadeiro caminho da modernidade, que só pode ser alcançada quando a grande maioria da população brasileira adquirir o *status* de cidadão, que é atingível por meio da educação universal.

TABELA 1
Taxas de Analfabetismo para as Grandes Regiões Brasileiras
Segundo o Ano e Grupos Etários Específicos - 1991

Ano e Grupo Etário	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
5 e 6	89,13	92,71	91,94	87,16	87,17	85,40
7-14	26,89	39,98	48,32	13,46	10,20	18,73
15-17	12,05	14,94	25,59	4,63	3,75	6,20

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

TABELA 2
Projeção da População em Idade Escolar por Grandes Regiões
Segundo os Anos e Faixas Etárias Específicas - 1991-2010

(Em milhares)

Ano e Grupo Etário	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1991	14.620	1.451	7.220	3.912	1.271	846
5 e 6	6.196	514	2.108	2.310	837	427
7-14	7.385	838	4.353	1.435	385	374
15-17	1.119	99	759	168	49	44
2000	14.978	1.574	7.753	3.578	1.138	935
5 e 6	5.521	498	1.861	2.026	721	414
7-14	8.182	941	5.044	1.362	365	470
15-17	1.275	135	848	190	52	51
2010	14.144	2.005	6.457	3.672	1.085	925
5 e 6	5.817	600	1.839	2.192	713	473
7-14	7.187	1.271	3.875	1.312	327	402
15-17	1.140	134	743	167	45	50

Fonte: IBGE/DPE/DEPIS. Projeções preliminares das populações por grandes regiões para o período 1991-2020.



A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E OS IMPACTOS SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL¹

*Kaizô Iwakami Beltrão**

O Brasil está passando por uma transição demográfica. Os atuais níveis de natalidade e mortalidade já são bastante inferiores aos que vinham sendo observados em décadas passadas; como conseqüência, estamos experimentando uma queda significativa nas taxas de crescimento e radicais mudanças na estrutura etária. As taxas de crescimento populacional do país, nas décadas de 50 e 60, situavam-se em torno de 3,0% a.a.; reduziram-se a 2,5% na década de 70 e a 1,9% na década de 80. Tudo indica que esta queda continuará e ultrapassará a marca dos 1% em 2020.

As taxas de crescimento considerando-se a população desagregada por grupo etário e sexo são bem diversas. Encontramos na década passada desde crescimento negativo no primeiro grupo etário quinquenal, que diminui em termos absolutos, até crescimento em torno de 3% a.a. para ambos os sexos no grupo de idosos (60 anos e mais).

Em termos de estrutura etária, a população de jovens (até 14 anos de idade) representou cerca de 43% da população total do começo do século até 1970. Neste mesmo período, a participação da população de idosos teve um incremento, passando de 4% a 5%. A população em idade produtiva (de 15 a 59 anos) permaneceu basicamente estável como fração da população total, e ao redor de 53%. O censo de 1980 já registrou mudanças nesta distribuição, com a redução do jovem para 39% e a elevação dos grupos em idade produtiva e de idosos, respectivamente, para 55% e 6%. O censo de 1991 confirma esta tendência de mudança, e estes grupos passam a representar, respectivamente, 35%, 58% e 7%. Prosseguindo neste caminho, em 2020 a proporção de jovens deverá cair para 24%, a de idosos alcançará 12% e a população em idade ativa, 64%.

Em torno de 2020 as taxas de crescimento dos grupos de jovens e em idade produtiva deverão ambas estar pouco acima de 0,5%. Estas baixas taxas serão contrabalançadas pelo crescimento da população de idosos, em torno de 3,5%, resultando, para a população como um todo, uma taxa de 0,95%.

Como conseqüência, a razão de dependência demográfica² passará de 9/10, nos anos 60, para 6/10, em 2020. Entretanto, as taxas de dependência específicas de idosos e de jovens, que compõem esta taxa, têm apresentado comportamentos opostos. Em 1970, para cada oito jovens tínhamos um idoso. Em 2020, esta proporção será de dois para um. Estas mudanças terão profundos impactos em todas as políticas públicas: educação, saúde, trabalho, previdência, habitação, assistência, etc.

¹ Este trabalho foi fortemente baseado nas “Reflexões sobre o Seminário Internacional: A Transição Demográfica e a Previdência Social”, elaborado por Antônio B. Marangone, José Roberto Montello, Kaizô Iwakami Beltrão, Laura Rodriguez Wong, Morvan de Mello Moreira e Roberto Ham Chande.

² Relação entre número de pessoas dependentes (jovens e idosos) e a população em idade produtiva.

* Técnico do IBGE/ENCE.



É bom salientar que demograficamente, entre 1991 e 2030, considerando-se a população dependente como um todo, nos manteremos numa situação favorável, uma vez que o crescimento das dependências dos idosos estará mais do que contrabalançado pelo declínio da dependência dos jovens e pelo aumento da população potencialmente ativa. Cumpre notar que a taxa de dependência dos idosos esteve sempre gradualmente crescendo, dado o declínio das taxas de mortalidade adulta. A situação no que tange à relação de dependência dos idosos no longo prazo tende sempre a se agravar, devido a avanços tecnológicos que têm prolongado a vida dos indivíduos.

A mudança na distribuição etária ocasiona, sem dúvida, mudanças na concepção das políticas sociais. Porém, cada setor tem a sua lógica diferente. As demandas de saúde se modificarão, com maior peso das doenças crônico-degenerativas, com maior custo, maior tempo de internação e de tratamento, equipamentos e medicamentos mais dispendiosos. As demandas de educação devem também se modificar, já que o grupo de jovens deverá permanecer razoavelmente estável. Problemas crônicos como nível de cobertura, qualidade de ensino, evasão e repetência poderão ser corrigidos.

Para a previdência social, o comportamento da taxa de dependência de idosos é particularmente preocupante, pois tem crescido constantemente neste século e acelerar-se-á a partir de 2020. Teremos sempre, potencialmente, mais beneficiários para cada contribuinte. Medidas acautelatórias devem ser tomadas o mais cedo possível.

O equilíbrio financeiro-actuarial da Previdência Social, com tudo o mais constante,³ é determinado pela razão beneficiários/contribuintes, que não é função exclusiva de fatores demográficos.

A população de contribuintes é determinada por mais dois fatores: a participação da população economicamente ativa (PEA) na população em idade ativa (PIA) e o grau de formalização desta população. A taxa de participação da PEA tem a forma de um U invertido, com participação menor nas idades extremas, adultos jovens e idosos. O crescimento da PEA acima do crescimento populacional virá principalmente das mulheres, já que a taxa de atividade dos homens está estabilizada e saturada, bem perto dos 100% nos grupos etários centrais. Para as mulheres nos grupos centrais, a taxa encontra-se presentemente em torno de 56%, o que deixa margem para o crescimento. A taxa de formalização (participação de PEA formalizada com relação à previdência na PIA) específica por idade tem uma forma semelhante à taxa de participação, um U invertido. A formalização é menor nas idades extremas. Cumpre lembrar que um crescimento da taxa de participação pode ocorrer simultaneamente com uma diminuição na taxa de formalização, decorrente do fato de que em épocas de crise o aumento do mercado de trabalho se faz principalmente no setor informal.

Na década de 80, houve uma relativa estabilidade na participação dos empregados com carteira e dos conta-própria no total de ocupados. Mais recentemente, no início dos anos 90, registra-se uma crescente terceirização do mercado de trabalho. O setor de

³ Média e perfil do salário da população de contribuintes, distribuição do salário dos beneficiários, etc.



serviços já ocupa mais da metade da força-de-trabalho como um todo e corresponde a quase três quartos da ocupação urbana. Concomitantemente, está caindo a participação dos empregados com carteira no total da ocupação às expensas dos sem-carteira e dos conta-própria. Isto estaria acontecendo em função da evolução dos rendimentos reais dos não protegidos, devido, entre outras razões, ao peso dos encargos sociais. O aumento do grau de informalização representa o fenômeno mais importante do mercado de trabalho brasileiro na presente década. Em resumo, as transformações no mercado de trabalho não são favoráveis à previdência. Há uma tendência ao aumento do desemprego estrutural e da informalização. Estamos nos afastando da estrutura tradicional da ocupação e do contrato-padrão, com base na qual a Previdência montou seu aparato arrecadador.

A população de beneficiários depende, além do processo demográfico (nascimentos, mortes, casamentos, etc.), da legislação previdenciária. Em outras palavras, o número de aposentados e pensionistas é também determinado pela definição da idade de elegibilidade e carência para se alcançar o benefício e da acidentabilidade e morbidade (laboral ou não), estas últimas gerando aposentadoria por invalidez, pensões por morte e auxílios-doença. Dadas as características atuais dos beneficiários, cuja idade média na aposentadoria do RGPS⁴ é de cerca de 53 anos na aposentadoria por tempo de serviço, contingente responsável pela maior fatia de gastos, o equilíbrio contingencialmente depende de fatores extra-demográficos. A esperança de sobrevida para um homem de 53 anos é de cerca de 18 anos; para uma mulher, de 23 anos. Já a idade média na DIB⁵ da aposentadoria por invalidez é de 51 anos, com uma sobrevida média de, respectivamente, 16 e 23 anos, para homens e mulheres (já considerando uma tábua de mortalidade específica para inválidos previdenciários).

Na história da previdência os ajustes para o equilíbrio têm sido raramente feitos com base em critérios demográficos, considerando-se as perspectivas de médio e de longo prazo, e sim com vista ao equilíbrio financeiro de curto prazo: aumento das alíquotas, subindexação na correção monetária dos benefícios, etc. Por outro lado, mudanças bruscas na razão de dependência previdenciária têm ocorrido por mudanças na legislação; por exemplo, a redução dos cinco anos na aposentadoria por idade do trabalhador e da trabalhadora rural.

Existem inclusive distorções graves no sistema, sem qualquer justificativa demográfica: por exemplo, não há nenhuma razão para fundamentar o diferencial privilegiado de idade e tempo de serviço para as mulheres. Estas têm uma mortalidade mais baixa em todas as idades, e, conseqüentemente, uma esperança de sobrevida maior que a dos homens. A tendência mundial é a uniformização dos direitos previdenciários e laborais, com exceção, claro, dos direitos reprodutivos. Mesmo no que tange à função de licenças referentes ao acompanhamento da criança, as legislações mais modernas nomeiam o “trabalhador com responsabilidades familiares”, e não especificamente a mãe.

⁴ Regime Geral da Previdência Social.

⁵ Data do início do benefício.



Também não há nenhuma razão para privilegiar o trabalhador rural quanto à idade para a elegibilidade ao benefício, já que o pobre urbano, até o último dado disponível, apresentava um nível de mortalidade superior ao do seu correspondente rural. Dados do censo de 1981 mostram que, para quase todos os estados brasileiros, a esperança de vida ao nascer era maior para a população rural. Porém, como a população rural brasileira está concentrada principalmente nos estados mais pobres, a esperança de vida ao nascer da população é inferior à da população urbana. Os diferenciais entre os estados são, porém, mais importantes que os diferenciais entre as condições de domicílio urbano/rural.

Em suma, embora não sendo o único conjunto de fatores determinantes da previdência social, os componentes demográficos são fundamentais no equacionamento de soluções que preservem o equilíbrio econômico-financeiro do sistema de seguridade e que, ao mesmo tempo, atendam a critérios de equidade.

COMO VAI?

POPULAÇÃO BRASILEIRA

Uma publicação da
Diretoria de Política Social do IPEA e da
Diretoria de Pesquisa do IBGE

Editora
Ana Amélia Camarano

Edição Técnica
Serviço Editorial do IPEA (BRASÍLIA)

Colaboram neste número: Ana Amélia Camarano, Herton Ellery Araújo,
Celso Cardoso Simões, Kaizô Iwakami Beltrão

Tiragem: 500 exemplares



Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd)

A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, criada pelo Decreto presidencial nº 1 607 de 28 de agosto de 1995, tem por objetivo contribuir para a formulação de políticas e implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento, conforme recomendações contidas no Programa de Ação Mundial, aprovado pela Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada em setembro de 1994, na cidade do Cairo.

Esta comissão foi empossada pelo presidente da República em 29 de novembro de 1995. É composta por oito representantes da sociedade civil, escolhidos entre pessoas de notório saber, nominalmente: Elza Berquó, José Alberto Magno de Carvalho, Hélio Moura, Daniel Hogan, Sonia Corrêa, Mary Castro, Eduardo Viola e Euclides Castilho, e dez representantes do governo federal, distribuídos pelos seguintes órgãos: Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Educação e do Desporto; Ministério do Trabalho; Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Ministério da Saúde; Secretaria Geral da Presidência da República; e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Para dar cumprimentos aos seus objetivos, a comissão já definiu uma linha de ação para os próximos anos, a saber:

- 1 - sistematizar as informações necessárias à construção de indicadores que permitam um panorama consistente sobre a situação atual e futura da população e desenvolvimento;
- 2 - revisão das políticas públicas nacionais à luz das conferências internacionais da ONU, da década de 90, em particular as do Cairo e Pequim;
- 3 - criação de uma consciência sobre as questões demográficas no Executivo, Legislativo, Judiciário e na sociedade em geral;
- 4 - mapeamento e identificação de prioridades nas áreas de formação e ensino sobre população e desenvolvimento; e
- 5 - identificação de prioridades de pesquisas populacionais necessárias para a integração dos fatores demográficos nos diversos setores do planejamento governamental.

A comissão, presidida por Elza Berquó, conta com o apoio de uma Secretaria Executiva no IPEA, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, sob a responsabilidade de Ana Amélia Camarano.

A CNPD contará proximamente com endereço eletrônico próprio. Até então, os endereços para contato são:

Elza Berquó, presidente

E.mail: [cer @ ax.apc.prg](mailto:cer@ax.apc.prg) /ou/berquo @ turing.unicamp.br

Ana Amélia Camarano

Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

SBS - Edf. BNDES, 14º andar

70076-900, Brasília, DF

Tel: 061-325.5418, 325.5282, 325.5275

Fax nº: 061-226.4289/325.5400